



XXXIII SIC SALÃO INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Evento	Salão UFRGS 2021: SIC - XXXIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2021
Local	Virtual
Título	Mães adolescentes acolhidas com seus filhos: uma revisão sistemática de literatura
Autor	ANA LUIZA ZANELLA VERZA
Orientador	LILIAN RODRIGUES DA CRUZ

Mães adolescentes acolhidas com seus filhos: uma revisão sistemática de literatura

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe um novo paradigma para os serviços de proteção à infância e adolescência, tendo como objetivo a proteção integral dessa população. Para isso, estabelece nove medidas protetivas, sendo a sétima delas o acolhimento institucional. Desde sua promulgação, a Lei vem sofrendo alterações a fim de acompanhar as mudanças sociais. Destaca-se aqui a Lei nº 13.509/2017 que garante a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento. A garantia desse direito trouxe novos desafios para o acolhimento, o que pude perceber no meu trabalho como estagiária de psicologia na Fundação de Proteção Especial (RS). Meu primeiro movimento foi buscar a produção de conhecimento já produzida sobre essa temática e, em uma busca rápida, me deparei com escassa produção. Assim, senti então a necessidade de aprofundar no assunto e realizar uma revisão sistemática de literatura sobre mães adolescentes acolhidas com seus filhos, sendo este o objetivo deste trabalho. A metodologia utilizada foi pesquisar nas bases de dados Scielo, Lilacs e no catálogo de teses e dissertações da CAPES. Todas as seis produções selecionadas foram publicadas em português e no Brasil, à medida que o contexto social e de políticas públicas no Brasil demandam uma análise localizada. Foram encontradas seis pesquisas que atendiam aos critérios definidos, sendo que todas têm em comum o método qualitativo e o uso de entrevistas. Ao todo, quatro instituições de acolhimento foram pesquisadas, e nenhuma estava em conformidade com as diretrizes atuais para o acolhimento. Os resultados demonstram que é necessário fomentar a produção de conhecimento acerca desse tema, e que a Lei em si não garante a mudança no acolhimento. Destaca-se aqui a importância de profissionais preparados para atender a esses casos e que, para isso, é preciso que se invista em políticas públicas.